



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 010	Data: 29/09/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h07min
COLABORADOR	
DILSSON EMILIO BRUSCO - Servidor aposentado da Câmara dos Deputados e responsável pela organização dos documentos da Assembleia Nacional Constituinte.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Formação básica; 2. Secretário Parlamentar; 3. O trabalho inicial no Arquivo da Câmara; 4. A formação arquivística; 5. O livro Histórico das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados; 6. A atualização do livro Comissões Parlamentares de Inquérito: 1946-1982; 7. O grupo de apoio à Constituinte; 8. O acervo físico da Constituinte; 9. O caso das Audiências Públicas; 10. A organização prévia dos documentos da Constituição; 11. A Organização do Acervo da Constituinte; 12. O livro Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional; 13. O acervo audiovisual; 14. O acervo do programa <i>A Voz da Constituinte</i> ; 15. A rotina do grupo de trabalho documentação da Constituinte; 16. Documentos na Secretaria-Geral da Mesa (SGM); 17. A visão da Constituinte.	

1. Formação básica

Nasci em Sananduva¹. E, como lá não havia segundo grau, fui estudar em Getúlio Vargas, no Colégio Cristo Rei, onde fiz curso técnico em Contabilidade. Naquela época, era muito difícil haver ensino numa cidade pequena como Sananduva. Fiz só ensino médio, não tive condições de cursar uma faculdade. Depois com o trabalho, esqueci-me da faculdade.

¹ Município do Rio Grande do Sul



2. Secretário Parlamentar

Vim para Brasília, porque praticamente toda a minha família era ligada à política. Veio a campanha política, e um professor meu, de Getúlio Vargas, o Odacir Klein², candidatou-se a deputado federal e me trouxe para Brasília em 1975.

Chegamos em 1975, quase no fim da ditadura militar. Naquela época, só havia um funcionário por gabinete, não o montante que há hoje. Aprendemos muito sobre processo legislativo mexendo com o acervo que o deputado produzia. Naquela época, não havia os pareceres que o deputado fazia para relatar os projetos. Éramos nós que fazíamos isso no gabinete. Começamos a ganhar um tanto de conhecimento sobre projeto legislativo e fomos andando aí dentro.

Na época que era secretário parlamentar, os recursos de informação usados eram da Sinopse³. A Sinopse era um banco em que nós íamos ver a tramitação de todas as proposições da Casa. Era a mais procurada. O Centro de Documentação e Informação (Cedi) não era muito, porque eles focavam mais os projetos que apresentavam e a tramitação deles. Há um porém: A Seção de Documentos Legislativos da Coordenação do Arquivo (Coarq) cuidava de todos os avulsos. Então, a carga da Seção de Documentos Legislativos era imensa. No Anexo IV havia um depósito, e mais um no plenário. Distribuía-se a Ordem do Dia para todos os Parlamentares. Era bem puxado.

3. O trabalho inicial no Arquivo da Câmara

Sempre adorei a organização de arquivo. Quando cheguei, o Arquivo ficava no 17º andar do Anexo I. O acervo ficava aqui no Cedi. Depois, foram desmembrando a Seção de Documentos Legislativos para o Anexo IV. Por fim, o Arquivo veio para o Cedi. Eu me encontrei com o Sr. Ernani⁴, e começamos a trabalhar. O Sr. Ernani é uma pessoa muito estudiosa em pesquisas. A chefe era a D. Mirtis⁵. Depois, com o

² Odacir Klein. Deputado Federal - 1975-1979, 1979-1983, RS, MDB. Deputado Federal - 1991-1995, 1995-1999, RS, PMDB. Ministro dos Transportes – 1995-1996.

³ Serviço de Indexação e Normatização de Proposições e Serviços Especiais (Sinopse), setor responsável pelo registro, elaboração de ementas e indexação das proposições da Câmara dos Deputados em todas as fases de tramitação.

⁴ Ernani Valter Ribeiro.

⁵ Mirtis Maria Amarante Pinto



advento do Collor⁶, que queria tirar direitos de aposentadoria e direitos administrativos, todo mundo se aposentou. A chefia caiu para mim.

Foi uma época muito difícil no Arquivo. Quando cheguei ao Arquivo, não havia um mapa de localização do acervo. Tive que fazer um montante com a D. Gracinda⁷, que era a diretora e me auxiliou. Nós caminhávamos entre as estantes onde ficava o acervo, e tínhamos aquela preocupação. Chegava a caminhar nas estantes e encontrar copinho de café com cigarro lá dentro, apagando. A cabeça ficava aborrecida demais, mas sempre íamos contornando. Fizemos a localização dos acervos, das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Fomos caminhando. Como lhe disse, não havia informática, não havia nada, só a unha mesmo. Naquela época, a equipe era cinco pessoas e eu.

Houve uma passagem muito bonita na CPI do Narcotráfico⁸. A CPI do Narcotráfico foi uma grande CPI. Ela fez a grande quebra de documentos bancários, fiscais e telefônicos. Chegou para nós o acervo com mil caixas desses documentos sigilosos. Como esses documentos vieram classificados na origem, por sigilo, a Câmara não tinha competência de fornecê-los para ninguém. Então, chegamos a um impasse. *“O que vamos fazer com esse acervo?”* A D. Gracinda sugeriu fazer uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça. A princípio, éramos a favor de devolver ao Banco Central os documentos bancários. A Comissão de Constituição e Justiça resolveu que era uma indelicadeza devolvê-los, já que haviam sido fornecidos. Resolveram microfilmá-los. Mandei microfilmá-los toda aquela documentação e tive o cuidado de pegar a guia de transferência e colocar que fulano estava no rolo tal. Está tudo recuperado para a história. Essa é a argumentação, se um dia quiserem abrir.

4. A formação arquivística

Fiz dois cursos de extensão: Fontes e Metodologia da Pesquisa Histórica, em 1985, e Indexação, em 1991. Esses cursos contribuíram para o meu trabalho. Mas sempre digo o seguinte: a parte de arquivo e documento tem que mexer no documento

⁶ Governo Collor - 1990-1992.

⁷ Gracinda Assucena de Vasconcellos.

⁸ V. CPI do Narcotráfico - <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinarco>



para ter uma noção. A parte teórica até se leva, mas, se não for ao acervo, você não chega lá. A parte teórica contribui muito, mas o grosso que se aprende é na documentação.

O arquivista tem que ser organizado. É a chave! Organizando-se, você encontra tudo. Nesses tempos, a Lígia⁹ estava mostrando um trabalho que eu e o Sr. Ernani estávamos fazendo das Constituições. Ela disse: *“Dilsson, você me falou e me mostrou aquele trabalho e tal. Onde está aquilo?”* Eu falei: *“Vai ao arquivo G, no canto tal, que você vai encontrar”*. Ela foi lá e encontrou. Tem que ter memória também.

5. O livro Histórico das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

O livro *Histórico das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados*¹⁰, trabalho do Ernani e meu, surgiu da demanda de pesquisas. A parte mais difícil de trabalhar no arquivo era a pesquisa. Pesquisar era difícil, como eu lhe disse. O único instrumento que nós tínhamos era a guia de transferência da documentação, mais nada. Então, você chegava ali e dizia: *“Eu quero uma audiência pública da Comissão X, com fulano de tal”*. E tínhamos que ver a guia e o documento para checar tudo isso. Hoje, praticamente, está tudo no computador. É mais fácil.

Sobre o livro *Histórico das Comissões Permanentes*, o Sr. Ernani foi o pesquisador. Embaixo do livro ele tinha um “mapazinho”, que ele começou em 1946 — era isso, a Comissão de Justiça e tal e tal — e veio fazendo. O Sr. Ernani se aposentou. Eu disse: *“Vou fazer essa publicação”*. A D. Gracinda começou a falar de fazer a de 1946. Só que a D. Gracinda disse: *“Não, tu vais a 1823”*. Daí recuperei tudo. Achei interessante, porque o processo legislativo todo está condensado aqui.

Em cima disso aqui, há outra publicação minha, que está em andamento, que é a composição das Comissões Permanentes, de 1946 a 2000 ou 2004, não me lembro mais. Então, tu pesquisas o fulano de tal e tu sabes da vida dele dentro do Parlamento. Foi dessa, daquela e tal. Eu achei interessante a publicação.

⁹ Lígia Cristina Pinheiro da Silva. Servidora do Cedi – Coordenação do Arquivo

¹⁰ BRUSCO, Dilsson Emílio. *Histórico das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, 1823-2004*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ir00734a&AN=cdd.bdcamara.6724&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>.



6. A atualização do livro *Comissões Parlamentares de Inquérito: 1946-1982*

Esse livro da Maria Laura Coutinho¹¹, tinha só o nome do parlamentar, não tinha a Unidade da Federação, nem a legenda partidária. Então, vinha uma pesquisa, tu não sabias se aquele requerimento partiu da Direita, da Esquerda, do Centro. Numa reunião com a Suelena¹², ela disse: “*O Dilsson vai fazer isso aqui*”. Eu disse: “*Vou fazer*”. Então, nós acrescentamos a legenda e a Unidade da Federação. Como estavam digitalizando os relatórios de Comissão Parlamentar Inquérito (CPI), conferi tudo, e foi digitalizado. Pelo livro, tu chegas ao relatório. Foi essa a missão que me foi incumbida pela Suelena, Diretora do Cedi.

Em todas essas pesquisas houve uma recuperação histórica. Tu vais encontrar, por exemplo, nessas Comissões Permanentes aqui, coisas interessantes. Por exemplo, as atribuições da Comissão só vieram em mil novecentos e pouco. Antes, não havia atribuições de Comissão. O projeto ia conforme a origem: falou em agricultura, ia para a Agricultura. Não havia nada. Então, aqui tu recuperas tudo.

7. O grupo de apoio à Constituinte

Durante a Constituinte, já estava aqui dentro. Havia um grupo de apoio aqui no Cedi. Esse grupo de apoio, do qual fazia parte, assessorava o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte com documentos que pediam e tal. Por exemplo, legislação brasileira: “*Eu preciso de uma lei tal e tal*” — e eles forneciam. “*Eu preciso do parecer a um projeto tal*” — a Seção de Documentos Legislativos dava na hora dos debates ou na Comissão, para o Relator. Era um assessoramento quase. Quando vinha de parlamentares, era para parlamentares, mas a maioria dos pedidos vinha do secretário da Comissão. Não eram muitos pedidos. O que era do controle do acervo era prático: “*Quero isso e aquilo lá*”. Eu cheguei numa época, pulando um pouco a Constituinte... Paulo Afonso¹³ foi Secretário por muitos anos na Câmara. E ele foi escrever as memórias dele sobre o Parlamento. Ele chegava e dizia assim: “*D.*

¹¹ COUTINHO, Maria Laura. *Comissões parlamentares de Inquérito: 1946-1982 / Trabalho Elaborado por Maria Laura Coutinho e Maria Ines de Bessa Lins*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Comissões Temporárias, 1983. 354 p.

¹² Suelena Pinto Bandeira.

¹³ Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



Gracinda, eu preciso que uma pessoa me forneça esses documentos para eu checar algumas informações". Então, D. Gracinda me apresentou a ele. Ele vinha com a relação dos documentos, eu pegava os documentos. Aí aprendi um pouco da história do Parlamento. Ele dizia: *"Isso aqui e aqui é tal e tal"*. Então, era praticamente isso aí que pediam.

8. O acervo físico da Constituinte

O volume de documentos da Assembleia Constituinte é imenso. Se vires o que veio de comunicação é impressionante. Nós chegamos à porta dos fundos e havia um caminhão para carregar publicações. Mas era um monte que ia lá em cima. Eu disse ao Sr. Ernani: *"Isso aqui não vai fora para reciclagem de papel não Sr. Ernani"*. Todo mundo tinha um medo do Aristeu¹⁴ que era uma coisa de louco. Era militar o Aristeu. Daí eu disse: *"Vou lá falar com o Aristeu"*. O Sr. Ernani disse: *"Não vá, Dilsson"*. Cheguei para o Aristeu e disse: *"É assim, assim e assado"*. De repente, quando o pessoal viu o Aristeu saindo comigo para ver as publicações, disse assim: *"O que o Dilsson está fazendo lá?"*. Chegamos lá, e eu disse: *"Vamos jogar isso aqui por intercâmbio"*. Existia o intercâmbio. Não sei se existe ainda aqui. Tu mandavas a relação de documentos e publicações que querias, e a Câmara mandava. E, assim, praticamente mandamos as publicações para as bibliotecas. O Acervo foi intenso. Imagine que se pegava! Por exemplo, um mapa de votações no primeiro turno, tirava-se um monte de exemplares. O volume era grande demais. Foi o intercâmbio que fez a distribuição do material pelas bibliotecas do País.

Do acervo que ficou aqui fiz a encadernação e o guardamos. Há bastante cópia. Uma hora você tem o original; tem a cópia em outro lugar. Tive que xerocopiar, porque eles tiravam em avulso e perderam. Portanto, a série não fechava. Como eu quis fechar a série das publicações, eu xerocopiei. Só nos avulsos. Também dentro da Subcomissão pareceres do Relator. Eu pegava a listagem do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que não foi produzida em publicação. Isso fui eu que fechei.

¹⁴ Aristeu Gonçalves de Melo. Diretor do Cedi.



Tudo ficou guardado em estantes. Pegamos uma parte da Constituinte e começamos a guardar. Atribuiu-se o número 1 ao tópico Comissão. Assim fazíamos: Comissão A, B, C. De vez em quando, o Mozart¹⁵ batia à porta, para fazer pesquisa. Era uma loucura!

9. O caso das Audiências Públicas

A Constituinte, no início do Governo Sarney¹⁶, criou uma comissão de notáveis¹⁷ para elaborar o anteprojeto de Constituição. Esse anteprojeto de Constituição não foi adiante porque a demanda dos Constituintes para a Presidência, que era o Ulysses¹⁸, era que todo mundo queria participar. Eles criaram as Subcomissões e as Comissões. E daí começou do zero. Acho que foi bom começar do zero. Porque daí não íamos ter as audiências públicas de que eu falo tanto. As audiências públicas foram importantes porque vinha a sociedade civil aqui para dentro, gente semianalfabeta. Então, foi muito rico os depoimentos delas.

As audiências públicas eram o xodó, principalmente para universitários. É impressionante. Por exemplo, a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária foi uma briga no plenário. O relatório da Subcomissão foi a Presidência que encaminhou, para eles votarem. Não havia um consenso para votar o relatório. Então, os professores indicavam as audiências públicas. E as audiências públicas, então, em cima do Mapa, nós xerocopiávamos dos Anais, porque é suplemento. Eles não têm, os Anais da Assembleia, os suplementos. O suplemento quem tem são as Subcomissões e Comissões, em todos os Anais.

Um amigo meu fez um trabalho sobre os 5 anos do Sarney. Eu lhe asseguro: são praticamente audiências públicas. Ele ficou famoso. O trabalho dele foi parar na França. O Stéphane Monclaire¹⁹, um francês que vivia por aqui, disse: “*Isso é trabalho de vida*”. E foi parar lá na França. Monclaire, de vez em quando, ia para a Internet e

¹⁵ Mozart Vianna de Paiva. Supervisor do grupo de apoio aos trabalhos da Constituinte. Secretário-Geral da Mesa 1991-2011; 2013-2015.

¹⁶ Governo Sarney - 1985-1990.

¹⁷ Comissão Afonso Arinos.

¹⁸ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, 1955-1959, 1959-1963, 1963-1967, SP, PSD. Deputado Federal, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983, 1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, SP, PMDB. Presidente da Câmara dos Deputados, 1956-1958, 1985-1986, 1987-1988.

¹⁹ Stéphane Monclaire (1957-2016).



dizia: *“Dilsson, eu vou pegar o Mozart. Encontrei uma falha aqui”*. Daí chegava o Mozart: *“A falha é dele, não tem nada, tem isso aqui?”*. Então, ele ia a uma fonte só. Por exemplo, não ia aos originais. Daí os originais já tínhamos. Ele chegava a dizer que não estavam porque não pesquisava nos originais. Ele fez um belo trabalho sobre as cartas aos Constituintes²⁰, que era do Senado. Fez um belo trabalho, foi magnífico. Ele era muito inteligente.

10. A organização prévia dos documentos da Constituição

A cronologia da Assembleia Nacional Constituinte começou com uma subcomissão. Ou melhor, primeiramente, veio o Regimento Interno da Assembleia Constituinte; depois vieram subcomissões, comissão, sistematização, plenário em 1º turno, plenário em 2º turno e Comissão de Redação. Essa era a organização da Assembleia Nacional Constituinte. Começamos recebendo subcomissões, comissão, sistematização, plenário, 1º e 2º turnos, e Comissão de Redação. O Regimento veio mais tarde.

A nomeação de Fase A, Fase B, Fase C, etc, se não me engano, é praticamente uma indexação do Prodasen. Nós obedecíamos ao que vinha. Não sei informar por que não existe a Fase D, porque pula da Fase C para a Fase E, era a indexação deles lá. Os técnicos lá pegaram, por exemplo, sugestões populares, emendas, relatórios, pareceres e foram enumerando.

Quando recebemos esses documentos, nós fomos removendo tudo o que tinha de alumínio nele e usamos a folha de papel-manteiga e tal. Nós fomos organizando tudo dentro da Subcomissão. Em cima dos originais, dentro da Subcomissão, fiz também um encadernado da Subcomissão, de todas as publicações. De cada Subcomissão, fiz um encadernado.

Ao que obedeci, no inventário de originais, eu obedeci na publicação também. Hoje, tu pegas todas as publicações da Assembleia Nacional Constituinte. Elas são um ponto de partida para fazer os Anais da Assembleia, porque há tudo ali. Ali naquelas publicações tu vais encontrar, como falei, os pareceres dados lá no

²⁰ A Constituição desejada - SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte / análise sociológica de Stephane Monclair, coordenador; Maria Izabel S. Magalhães, Clóvis de Barros Filho, Flávia Impelizeri, colaboradores. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 2 v. Link: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/512414>



Produsen que não foram publicados em papel. Tirei a cópia de lá e joguei na publicação. É a mesma coisa se perguntares para mim o seguinte: *“Por que há os originais na encadernação das emendas da Subcomissão?”* Porque eles começaram tirando as emendas da Subcomissão em avulsos. Daí se perderam muitas, e não fechava a série das emendas. Então, tive que xerocopiar os originais, para botar na publicação. Daí fechei. Tu encontras, por exemplo, dentro da Comissão de Sistematização, falha nas etiquetas de enumeração das emendas. Então, há lacunas. Falha na confecção da enumeração da emenda. Eu acho que são duas ou três falhas só. Mas está tudo registradinho aqui.

Nós observamos também que nos arquivos da Constituinte havia documentos do gabinete do Relator-Geral, que era Bernardo Cabral, e da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Separaram esses documentos. Eles foram separados ou destacados. O conjunto documental do Cabral veio pela Secretaria-Geral da Constituinte, e o acervo da Liderança do PMDB veio da Liderança do PMDB, mas especificando que era da Assembleia Constituinte. O mesmo para a documentação da Frente Nacional Ecológica. Trata-se de uma Frente que eles criaram para fazer pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Se não me engano, foi uma iniciativa do Feldmann²¹, Constituinte. Não houve nenhum dispositivo regimental ou norma, funcionou espontaneamente. Há um pronunciamento, um dos mais lindos que ouvi, de Mário Covas, sobre a escolha do Líder do PMDB na Assembleia Constituinte. Ulysses queria Luiz Henrique como Líder, e Covas concorreu e ganhou. Daí o pronunciamento a Liderança do PMDB não botou no acervo. Eu fui lá, peguei e botei no acervo, porque é lindo demais. Eu fiz essas falcatruas também.

A mesma coisa foi a revisão constitucional²². O acervo da revisão é do Senado Federal, mas eles me mandavam todas as publicações da revisão. Daí cheguei à conclusão: *“D. Gracinda, eu vou encadernar isso aqui”*. A D. Gracinda falou: *“Mas nós estamos procurando o original”*. *“Então vamos pedir para o Mozart”*. O Mozart me autorizou a encadernar. O Mozart me perguntou: *“Por que tu vais encadernar?”*

²¹ Fábio José Feldmann. Deputado Federal - 1987-1991, SP, PMDB. Deputado Federal - 1991-1995, 1995-1999, SP, PSDB.

²² Congresso Nacional Revisor – 1993-1994.



“Porque vou fazer pesquisa em cima disso aqui”. Não deu outra. Os documentos que vieram para cá não eram os originais. Só os das publicações, porque o acervo do Congresso revisor era do Senado. A Assembleia Constituinte de 1946, que foi a penúltima, ficou no Senado²³. Então, a de 1988 ficou na Câmara. Quebravam assim. Eles me mandavam as publicações. Encadernei as publicações. Os originais estão com eles.

11. A Organização do Acervo da Constituinte

Quando recebemos o acervo da Assembleia Nacional Constituinte, organizamos primeiro o das Subcomissões, depois o das Comissões, depois a Sistematização e o Plenário, A pesquisa vinha tão grande que só o Prodasen, que tinha a UAP, conseguia emitir as emendas e os pareceres. O resto tinha que fazer. Tudo. As publicações que tinham mapa demonstrativo das votações de primeiro e segundo turnos e depois os suplementos dos Diários, que tinham as Subcomissões e as Comissões, com as audiências públicas. Daí, como a demanda por pesquisa era muito grande, o Ernani e eu chegamos à conclusão de que devíamos criar uma fichinha: pesquisa artigo tal, tal e tal, envelope tal. Nós passávamos a pesquisa, fazíamos a xerox e guardávamos. Porque, se viesse outra pesquisa igual, nós tínhamos a xerox aqui. A demanda era grande. Quando criamos fôlego, começamos a criar.

Nós organizamos o acervo, elaboramos o inventário. Eu encadernei todas as publicações da Assembleia Nacional Constituinte que estavam aqui no Arquivo. Nessa encadernação, tu vais encontrar pareceres... Os Constituintes iam ao Prodasen, principalmente na Subcomissão, e davam o parecer lá, faziam junto com a máquina, como diz o outro. Então, tirei essa listagem, vais encontrar dentro do acervo. O Prodasen era a Informática que existia no Congresso. Ele tem um banco de dados. Não sei se esse banco de dados o Centro de Informática da Câmara (Cenin) requisitou ou não. Não tenho como informar. Mas acho que até hoje ele funciona, lá no Senado, no Prodasen.

²³ O Arquivo da Câmara dos Deputados possui um acervo arquivístico da Assembleia Constituinte de 1946 – AC1946. Cf. <https://arquivohistorico.camara.leg.br/>



Os bancos de dados ficaram no Senado, para a Câmara só veio papel. Terminado o trabalho das Subcomissões, os secretários mandavam para cá. Depois veio o acervo das Comissões; depois veio a Sistematização; depois vieram Plenário e Comissão de Redação. Nós íamos armazenando o mapa de localização, certinho. Para elaborar esse trabalho, nós fomos muito aos originais, eu e Sr. Ernani. Além da publicação, havia os originais para fechar.

O mapa de votação do segundo turno não foi publicado. O motivo era a pressa ou uma coisa outra. Não deu tempo de publicarem. A matéria votada está no volume I do livro *O processo histórico da elaboração do texto constitucional*. Ali só matérias aprovadas. A rejeitada só se recupera no mapa de matérias rejeitadas. Foi um conjunto que veio todo junto. A separação foi feita na pesquisa para a elaboração do trabalho. Mas a série de emendas, por exemplo, uma série de emendas rejeitadas estão todas juntas. O que veio do plenário foram as séries: emendas, pareceres. A matéria votada, como nós pegamos aqui, está no mapa de matérias aprovadas. Ali são encontradas as emendas aprovadas naquela sessão. Um foram aprovadas parcialmente; outras, totalmente. Tudo isso veio da Secretaria da Assembleia Constituinte. São umas pastas. Você vai encontrar tudo ali: destaque, emenda aprovada, rejeitada. Isso já veio da Secretaria. Nós obedecíamos ao que vinha. Só se fazia a conferência da guia para ver se a documentação batia. Por exemplo, isso aí você vai encontrar em pastas. Ali há todas as emendas aprovadas, rejeitadas, destaques. Não decidimos nada. Obedecemos ao que eles mandavam.

12. O livro *Processo Histórico da Elaboração do Texto Constitucional*

No Volume 1 de *O processo histórico da elaboração do texto constitucional*²⁴, vais encontrar só a matéria aprovada. Pronto. Mas, indo no artigo ali, vais encontrar o mapa de votação das matérias rejeitadas, onde joguei todas as votações. Então, você chega às emendas que quer. A opção de não colocar as rejeitadas e só colocar as aprovadas foi feita porque senão ficaria imenso o trabalho. E você recupera com o mapa. O mapa demonstrativo, do primeiro turno, foi publicado; e o do segundo turno

²⁴ BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1987). *O processo histórico da elaboração do texto constitucional: mapas demonstrativos / trabalho elaborado por Dilson Emilio Brusco e Ernani Valter Ribeiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1993. 3 v.: il.



não foi publicado, mas está nos Anais, no inventário, que são umas folhinhas. Daí então nós fazíamos a parte aprovada, que era o mais solicitado, e, para a rejeitada, nós íamos aos mapas e recuperávamos a informação. Era algo que também se fornecia muito para relatórios e anteprojetos nas Comissões existentes. Eu pegava todas as votações, da Sistematização até a Redação, e, a votação na Comissão e na Subcomissão mandava para o pesquisador e fechava.

No Livro 1, tenho as anotações até a Sistematização. No Livro 2, tem aqui onde se recupera as votações e vai aos Anais. Quanto ao Livro 3, ele tem dois mapas: Controle das Reuniões das Comissões e Subcomissões. Por exemplo, você encontra a audiência pública de uma Comissão e vai ao 2, que vai direto aos anais daquela audiência pública, dentro da Subcomissão. Então, vai fechando. D. Lígia disse que vão agora digitalizá-lo. Vai cruzar tudo isso aí. Por exemplo, você escolhe fulano de tal, deputado tal, e ele vai te levar praticamente direto aos Anais. Na época, fizemos na ordem porque dava muito trabalho. Como eu disse, a Informática estava engatinhando. Por exemplo, o trabalho aqui foi todo feito na datilografia, na máquina. Não tinha nada de computador.

Nas audiências públicas, no Mapa 5, os trabalhos que estão indicados têm observações como trabalhos entregues, mas nem sempre estão no Arquivo. Alguns estão; outros, não. O que nós recuperamos, dentro do acervo, até mencionamos. O que consta dos Anais, acho que tem que mencionar. O que não está no Arquivo é porque o secretário da Comissão não recolheu ao Arquivo. Eles não estão no Arquivo, mas, dentro dos Anais, há uma referência: “*Documento entregue pelo expositor*”.

Sobre documentos perdidos, há o caso de uma passagem muito grande no Arquivo sobre o Márcio Moreira Alves²⁵, que foi cassado porque fez um discurso. As notas taquigráficas não foram para o Arquivo. Daí, vinha pedido daqui e dali, e a D. Gracinda dizia: “*Mas, Dilsson*”. Eu dizia: “*Não está, D. Gracinda*”. Era a lápis que vinham todas as notas taquigráficas. Fui para a frente e fui para trás... Passou um tempo, veio uma senhora da Taquigrafia, com as notas taquigráficas, e disse: “*Eu*

²⁵ Márcio Emanuel Moreira Alves, deputado federal do MDB –Guanabara (1967-1968 – Cassado). Em setembro de 1968 fez um discurso inflamando contra a invasão da UnB pela polícia militar, o que levou o governo a solicitar licença para processá-lo. A Câmara dos Deputados, todavia, recusou a licença, o que serviu de pretexto para a edição do Ato Institucional n. 5 de 1968.



guardei, por medo de que sumissem, essas notas taquigráficas”. Daí o Mozart mandou publicar como estava. Está publicado hoje. Então, existia isso.

13. O acervo audiovisual

O acervo audiovisual veio separado porque a nossa Seção, de Documentos Legislativos, mexia principalmente com papel. Fitas e fotografias iam para a Audiovisual. A orientação do Arquivo era para a seção específica de cada um. Assim iam. Isso não era ruim porque cada seção tinha sua incumbência de trabalhar o acervo. A de fotografia deve ser uma imensidão...

14. O acervo do programa *A Voz da Constituinte*

Se não me engano, o Clóvis²⁶, numa época, começou a trabalhar nos históricos sobre *A Voz da Constituinte*²⁷. Mas não tenho certeza para dizer se veio ou não veio. Eu sei que foram criados uns grupos-tarefa. O meu ficou incumbido de elaborar o acervo e esse inventário preliminar. Outros não chegaram ao fim. Dizem que há uma farta documentação, que era o apanhamento de todos os pronunciamentos, dentro da Assembleia. Não sei onde está essa documentação. A documentação que eles elaboraram é grande. Não chegou ao final a Comissão. Não é para puxar para mim. Só a minha chegou ao fim.

15. A rotina do grupo de trabalho

Os grupos de documentação da Constituinte recuperaram todas as informações. Também se fez o levantamento dos pronunciamentos dos deputados, e tal e tal. Saiu nos Anais. É um trabalho meio puxado, mas acho que o acervo fica mais compacto, mais bonito nos Anais. Com esse inventário preliminar dá para chegar a quase tudo. Quer dizer, ele fecha. Com as publicações, então, tem-se tudo.

Sabe quanto tempo durava a reunião do grupo? Das 6 horas da tarde às 9 da noite, todos os dias, depois do expediente normal. Ficávamos até às 11 horas da noite. Era um grupo de servidores da Casa. Cada um pegava uma Subcomissão e trabalhava naquilo. Fazíamos rascunho, passávamos para a menina da datilografia e

²⁶ Clóvis Lemes Gonçalves.

²⁷ Programa de rádio da Assembleia Nacional Constituinte.



íamos embora. Foi puxado! Durou quase um ano. Terminava o expediente normal, mas foi gostoso. Nós lanchávamos, dávamos risada e íamos embora. Era um trabalho gostoso. Você pegava a Subcomissão, havia um roteiro, e todo mundo se dedicava àquilo. Foram criados três ou quatro grupos. No meu caso, consegui ir até o fim.

16. Documentos na Secretaria-Geral da Mesa (SGM)

Entre 2002 ou 2003, não me lembro bem, o Sr. Mozart me convidou — ele estava querendo se aposentar — para eu limpar os armários. Eu até disse para o Vanderlei²⁸ que se tratava de algo sobre o qual o Arquivo teria que ficar sabendo. Como a CPI dos Anões do Orçamento²⁹, que foi um escândalo, era uma CPI Mista, o acervo foi para o Senado. Cheguei à Secretaria-Geral e encontrei, se não me engano, 18 processos encaminhados por Junqueira³⁰, que tinha aquele título. Estavam na Secretaria-Geral. Esses 18 processos no Senado, na CPI, você não vai encontrar. Vai encontrar aqui na Câmara, porque mandei por intermédio de uma guia da Secretaria-Geral da Mesa. Portanto, o Secretário-Geral, todos eles centralizavam demais.

17. A visão da Constituinte

Tinha essas situações a Constituinte. Tu pega o volume 1 de *O processo histórico da elaboração do texto constitucional* e vais encontrar adição de dispositivos. No segundo turno, não era permitido. A Assembleia Nacional Constituinte veio, até a votação 315, parlamentarista. Nessa votação, em primeiro turno, por meio de uma emenda, se não me engano, do Senador Constituinte Humberto Lucena³¹, virou presidencialista. Então, eles tiveram que fazer um jogo para adaptar ao presidencialismo o que era praticamente parlamentarista. Eles tiveram que fazer uma ginástica muito grande. O Ulysses estava com medo, segundo os bastidores, de não poder acabar a Constituinte. Havia esse risco mesmo porque eles chegaram a um

²⁸ Vanderlei Batista dos Santos. Diretor da Coordenação do Arquivo do Cedi.

²⁹ CPI do orçamento – 1994. V. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896>

³⁰ Aristides Junqueira Alvarenga. Procurador-Geral da República – 1989-1995.

³¹ Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998) - Deputado Federal, 1959-1963, PB, PSD; 1963-1967, PB, PSD; 1967-1971, PB, MDB; 1975-1979, PB, MDB. Senador - PB (1979 a 1998). Presidente do Senado no período de 1987-1989.



ponto... Daí surgiu o Centrão³². O Centrão veio para barrar o avanço da Esquerda e dos movimentos sociais dentro da Assembleia Nacional Constituinte.

A Esquerda e os movimentos sociais estavam ganhando tudo dentro da Assembleia, os direitos e tal, e a Direita estava vendo o recuo do pensamento dela. Daí criaram o Centrão. Mexeram no Regimento, e daí vieram as emendas. Pegavam títulos, subtítulos e tudo, fechavam completo quase. Eles conseguiram equilibrar a balança. Daí começou a briga em plenário, dentro da democracia mesmo. O Ulysses dizia: “*Vamos votar*”. Se não havia consenso, deixava para depois. Ia para o Colégio de Líderes, no qual as questões eram negociadas, mas não existe acervo. Ali do Colégio de Líderes não veio nada. Era onde eles negociavam esse texto e tal. O Colégio de Líderes é uma incógnita. Mas existiu esse medo de não acabar a Assembleia.

Sou parlamentarista, gosto do parlamentarismo. Nós contávamos como certo, e eles ganharam no apagar das luzes. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) aderiram ao presidencialismo e conseguiram maioria. Mas acredito que ali o jogo era político, grande mesmo, porque almejavam ser Presidente da República. O próprio tucano Fernando Henrique³³ planejava ser Presidente, Lula³⁴ planejava ser Presidente, Brizola³⁵ planejava ser Presidente.

Além da discussão sobre parlamentarismo e presidencialismo, gostei muito da votação da emenda dos 16 anos de idade, a Emenda Zaneti³⁶. Foi um jogo muito bonito. Permitiu o voto aos 16 anos de idade. Isso achei lindo. Veio o movimento da meninada. A lição foi muito grande. Existia dentro da Câmara uma polvorosa só.

O impressionante eram os *lobbies*. Foram muito fortes durante a Assembleia Constituinte. Os *lobbies* eram muito grandes. Eu me lembro do *lobby* da Souza Cruz,

³² “Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney”. Cf. CENTRÃO. CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>.

³³ Fernando Henrique Cardoso. Senador SP (1983-1987; 1987-1992). Ministro das relações Exteriores (1992-1993). Ministro da Fazenda (1993-1994). Presidente do Brasil (1995-1998; 1999-2002).

³⁴ Luiz Inácio Lula da Silva. Luiz Inácio Lula da Silva. Deputado Federal, 1987-1991, SP, PT. Presidente do Brasil, 2003-2011.

³⁵ Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Governador do Rio de Janeiro, 1983-1987; 1991-1994; Governador do Rio Grande do Sul, 1959-1963; Deputado Federal, GB, 1963-64; Deputado Federal, RS, 1955-56.

³⁶ Emendas ES 22909-5 e ES 22910-9 V.

<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-236.pdf> p. 539.



do tabaco, que era grande. Havia também o *lobby* das Comunicações, da Agricultura. Havia *lobby* para tudo, como existe hoje. O que não havia muito, naquela época, era religião misturada com política, como há bastante hoje. O jogo era político e constitucional.

Agora, se você me perguntar qual foi a votação mais bonita que eu vi na minha vida aqui dentro, eu lhe direi que foi a votação da proposta do divórcio³⁷, de Nelson Carneiro³⁸. Naquela época, a proposta de emenda à Constituição só era apreciada em sessão do Congresso — hoje é pelas duas Casas. Então, a votação foi no plenário até altas horas da madrugada. Os deputados ficavam em fila, chamava-se a bancada — por exemplo, a do Rio Grande do Sul —, chamava-se o deputado, ele passava na frente do Presidente e dizia “sim” ou “não”. Foi lindo demais. Essa foi a votação mais linda que eu vi na Casa.

As emendas populares, que precisam de um número “x” de assinaturas, foram muito interessantes. Acho que as sugestões, as emendas populares e as audiências públicas foram marcos muito grandes para a Assembleia Constituinte. Neste processo, a primeira fase ocorreu um ano antes, com aquela carta³⁹ que vinha para o Senado, que foi um trabalho do Monclaire. No caso de Chico Mendes⁴⁰, foi na Eco do Rio⁴¹ que buscaram a carta dele. Tudo isso era procurado, mas o processo mesmo é na Assembleia.

FICHA TÉCNICA

- 1 Data: 29/09/2017
2. Local: Sala de estudo e acessibilidade da Cobib
3. Duração: 1h07min
4. N° do arquivo: E010
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota – P_6741

³⁷ Proposta de Emenda à Constituição nº 9 de 1977. V. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18110>

³⁸ Nelson Carneiro (1910-1996). Deputado Federal - 1947-1950, BA, UDN; Deputado Federal - 1951-1955; 1959-1963, BA, PSD. Deputado Federal - 1963-1967, GB, PSD. Deputado Federal - 1967-1971, GB, MDB. Senador – 1960-1971, GB. Senador – 1975-1995, RJ.

³⁹ Sugestões Populares ou Carta dos Cidadãos.

⁴⁰ Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988). Seringueiro e sindicalista. Foi um dos cidadãos que enviou uma sugestão popular para a Constituinte.

⁴¹ Conferência das nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - CEDI

Coordenação de Arquivo – Coarq

Assessores de Caramujo – História Oral da Constituinte 1987-1988

E010

29/09/2017

-
6. Entrevistadores: Rildo José Cosson Mota – P_6741, Vânia Lúcia Alheiro Rosa (P_6184); Marta Lira Oliveira Veras (P_6157).
 7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère – P_7479 (produtora) Roberto Guery – P_913.327 (cinegrafista) e Roberto Bispo – P_3.002.831 (assistente de cinegrafia)
 8. Fotografia: Luis Macedo – P_882222
 9. Responsável pela transcrição: Detaq
 10. Data da transcrição: 30/10/2017
 11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota – P_6741